



Metropolitano de Lisboa

Relatório Trimestral

1º Semestre 2018

Índice

1. Painel de Indicadores	2
2. Atividade Operacional.....	3
2.1. Procura	3
2.2. Oferta	3
2.3. Receitas	4
3. Gestão Económica e Financeira	4
3.1. Análise de Balanço	4
3.2. Síntese de Resultados	6
3.2.2. Rendimentos Operacionais	7
3.2.3. Gastos Operacionais.....	7
3.3. Modelo de Financiamento	7
3.4. <i>Stock</i> da Dívida	7
4. Cumprimento das Orientações Legais	8
4.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	8
4.2. Frota Automóvel	9
4.3. Prazo Médio de Pagamentos	9
4.4. Evolução do Efetivo	9
4.5. Limites de Endividamento Bancário	10
4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	10
5. Plano de Investimento	11
6. Demonstrações Financeiras.....	12
6.1. Balanço.....	12
6.2. Demonstração de Resultados	13

1. Painel de Indicadores

Quadro 1 - Painel de Indicadores

INDICADORES DE ATIVIDADE	REAL			PAO	2017	2016
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	1.º SEM 2018		
INDICADORES DE PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	83.702	81.323	78.061	161.490	153.191
PKT (Passageiros x km)	10 ³	405.491	389.213	373.805	777.684	735.161
INDICADORES DE OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	1.650	1.551	1.722	3.178	3.039
Qualidade de Serviço (Regularidade)	%	82,2	77,7	82,0	82,5	80,5
Taxa de Ocupação	%	24,6	25,1	21,7	24,5	24,2
INDICADORES DE RH						
N.º de efetivos no final do período	Un.	1.414	1.407	1.484	1.408	1.363
Número médio de efetivos	Un.	1.413	1.387	1.395	1.397	1.369
Massa Salarial	m€	27.360	23.599	23.444	49.719	44.741
Indemnizações por Rescisão	m€	0	14	0	62	372
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	2.432,5	2.224,0	2.520,5	2.368,6	2.176,5
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	100	100
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	5.270,5	5.211,0	5.288,4	5.235,5	5.229,1
Ativo corrente	M€	70,8	66,0	79,0	77,2	77,9
Total Ativo	M€	5.341,4	5.277,1	5.367,5	5.312,8	5.307,0
Capital Próprio	M€	660,3	480,0	720,4	603,3	412,6
Passivo	M€	4.681,1	4.797,1	4.647,0	4.709,5	4.894,4
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5.341,4	5.277,1	5.367,5	5.312,8	5.307,0
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	1,87	0,24	3,21	1,43	5,24
Outros Investimentos	M€	0,49	0,03	13,25	2,10	0,18
Despesa de investimento	M€	2,36	0,27	16,46	3,53	5,42
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	M€	3.733	3.451	3.643	3.734	3.487
Autonomia Financeira %	%	12,36	9,10	13,42	11,36	7,77
Solvabilidade %	%	14,11	10,01	15,50	12,81	8,43
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	14	25	35	19	22
Volume de Negócios	M€	56,7	55,7	55,3	109,4	101,2
EBITDA (corrigido) ¹	M€	0,46	6,57	-0,80	-4,23	1,26
Margem do EBITDA	%	0,80	11,81	-1,45	-3,86	1,25
Receita Tarifária por Passageiro com título pago (s/IVA)	€	0,70	0,70	0,68	0,69	0,68
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	0,68	0,61	0,72	0,73	0,69
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	100,8	113,2	98,6	96,4	101,2

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2. Atividade Operacional

2.1. Procura

Quadro 2 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	76 333 285	73 991 728	75 852 655	2 341 557	3,2%	480 630	0,6%
Passageiros x km	405 490 512	389 213 462	373 804 721	16 277 050	4,2%	31 685 791	8,5%
Receitas totais (s/ IVA)	53 189 495 €	52 042 808 €	51 721 310 €	1 146 687	2,2%	1 468 186	2,8%
Receita média por passageiro	0,70 €	0,70 €	0,68 €	-0,0066 €	-0,93%	0,0149 €	2,19%

Em comparação com o período homólogo, verifica-se um acréscimo de 3,2% nos passageiros transportados com título pago; esta tendência de aumento mantém-se, mesmo considerando os títulos gratuitos e a fraude. De registar igualmente o acréscimo de cerca de meio milhão de passageiros face ao que tinha sido projetado no PAO 2018 para o primeiro semestre do ano. Este acréscimo derivou essencialmente dos eventos que se realizaram em junho na cidade de Lisboa, nomeadamente, Festas de Sto. António e Rock in Rio 2018.

A receita média por passageiro regista um ligeiro acréscimo face à previsão do PAO 2018 para o período em análise.

2.2. Oferta

Quadro 3 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	12 889 801	12 119 819	13 450 331	769 982	6,4%	-560 530	-4,2%
Lugares x km	1 649 894 549	1 551 336 849	1 721 642 368	98 557 700	6,4%	-71 747 819	-4,2%
Comboios x km	2 509 947	2 462 855	2 506 629	47 092	1,9%	3 318	0,1%

Face ao período homólogo, é importante assinalar a recuperação de todos os indicadores que avaliam a oferta. Esta evolução positiva resulta do esforço da empresa em recuperar a frota de material circulante que se encontrava imobilizada, com o reforço da sua equipa de manutenção a partir do 1.º trimestre, e com a garantia da existência em armazém de um stock de peças que permita fazer face às necessidades. Apesar de ainda não terem sido atingidos os valores previsto no Plano de Atividades, estima-se que se consiga cumprir o plano de oferta a partir do final de Setembro.

Adicionalmente, o crescimento da oferta no 1.º semestre de 2018 procurou também dar resposta às necessidades decorrentes dos grandes eventos na cidade de Lisboa:

- Na noite de 12 para 13 de junho de 2018 (Festas de Sto. António), a rede esteve aberta ininterruptamente toda a noite;
- Durante o Rock in Rio 2018, que se realizou nos dias 23, 24, 29 e 30 de junho, com o prolongamento do horário de funcionamento da rede até às 03:00h.

Face à indisponibilidade de material circulante, o ML está a operar com um plano de contingência desde 27 de novembro de 2017, que permite adaptar diariamente a oferta à disponibilidade de material circulante, em função da procura em cada linha.

2.3. Receitas

Quadro 4 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Receitas de títulos de transporte*	51 552 434 €	52 042 808 €	50 729 495 €	-490 375 €	-0,9%	822 939 €	1,6%
Comparticipações dos passes	1 637 062 €	0 €	991 815 €	1 637 062 €	-	645 247 €	65,1%
Receitas totais (inclui as participações)	53 189 495 €	52 042 808 €	51 721 310 €	1 146 687 €	2,2%	1 468 186 €	2,8%

*Bilhetes e Passes

Face ao período homólogo, o valor da receita de bilhetes e passes registou um ligeiro decréscimo (- 1%). De referir que esta receita no 1º semestre de 2017 assentou em lançamentos de estimativa pelo facto de a AML não remeter em tempo a informação que permitiria aos operadores efetuarem os registos efetivos da repartição entre si, o que não permite concluir que o desempenho a este nível seja inferior. Comparativamente ao previsto no PAO 2018, as receitas totais, incluindo as participações de passes (valor estimado), registam um desvio positivo de cerca de 3%.

3. Gestão Económica e Financeira

3.1. Análise de Balanço

Quadro 5 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	1.º SEM 2018	31.DEZ 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 270 545 763 €	5 235 533 158 €	5 288 420 604 €	35 012 605 €	0,7%	-17 874 841 €	-0,3%
Ativo Corrente	70 835 964 €	77 248 306 €	79 033 503 €	-6 412 342 €	-8,3%	-8 197 539 €	-10,4%
Total do Ativo	5 341 381 727 €	5 312 781 465 €	5 367 454 107 €	28 600 262 €	0,5%	-26 072 380 €	-0,5%
Capital Próprio	660 276 843 €	603 302 111 €	720 416 899 €	56 974 733 €	9,4%	-60 140 056 €	-8,3%
Passivo não Corrente	3 462 163 482 €	3 188 700 902 €	3 508 578 898 €	273 462 580 €	8,6%	-46 415 417 €	-1,3%
Passivo Corrente	1 218 941 402 €	1 520 778 452 €	1 138 458 310 €	-301 837 050 €	-19,8%	80 483 092 €	7,1%
Capital Próprio e Passivo	5 341 381 727 €	5 312 781 465 €	5 367 454 107 €	28 600 262 €	0,5%	-26 072 380 €	-0,5%

Principais variações no Balanço, após encerramento das contas a 31 de Dezembro de 2017:

Ativo não Corrente

- O acréscimo verificado justifica-se, em grande parte, pela imputação dos encargos financeiros relativos a ILD na rubrica “Estado – Conta a Receber” (+43,2 M€);
- Investimento em ILD (+1,8 M€);
- Aumento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados potencialmente favoráveis (+1 M€);
- Redução dos ativos fixos tangíveis (-11 M€), decorrente das amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Decréscimo de cerca de 4 M€ em Clientes, justificado essencialmente pela regularização contabilística decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017, de 12 de setembro (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Aumento de impostos a regularizar de +0,9 M€ em Estado e Outros Entes Públicos;
- Redução de aproximadamente 1,5 M€ em diferimentos, pela regularização das contas de gastos a reconhecer.
- Diminuição de Caixa e Depósitos Bancários em 4,6M€, decorrente da gestão das necessidades de financiamento entre o ML e o acionista.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: 23,8M€ (fevereiro), 18 M€ (março) e 22 M€ (junho);
- Integração dos Resultados transitados (-24,5 M€);
- Variação no Resultado Líquido de -5,6 M€.

Passivo não Corrente

- Aumento de 332 M€ em financiamentos obtidos para fazer face a encargos financeiros, sendo 200 M€ relativos a financiamentos ILD e 132 M€ relativos a financiamentos ML;
- Redução de 54,4 M€ decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro, sendo 40,4 M€ relacionados com derivados ILD e 14 M€ relativos a derivados ML;
- Anulação de provisões no valor de 2,3 M€, respeitante à regularização de impostos junto da Autoridade Tributária;

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD (174,5 M€), pela amortização de financiamentos concedidos pelo BEI (37,5 M€) e pagamento dos cupões vencidos devidos ao Santander (150 M€) na sequência do acordo estabelecido entre a República de Portugal e Banco, relativamente ao processo judicial em curso (parte ILD);
- Decréscimo do valor de dívidas a fornecedores em 1 M€;
- Aumento de valor a pagar a Estado e Outros entes Públicos em 3,4 M€;
- Redução de 3,8 M€ da conta corrente de fornecedores de *leasing* financeiro;
- Decréscimo de 125,8 M€ em Outras Contas a Pagar, essencialmente devido ao pagamento de 119,4 M€, relativos aos restantes cupões devidos ao Santander (parte ML).

Principais variações no Balanço, face ao previsto no PAO 2018:

Ativo não Corrente

- Execução de investimento inferior ao previsto: ILD -13,0M€, ML -12,5M€;
- Propriedades de Investimento 7,7M€ acima do previsto, pela reclassificação do edifício da Av. Barbosa du Bocage, de Ativo Fixo Tangível para Propriedade de Investimento;

Ativo Corrente

- Desvio negativo de 1,8M€ em inventários, devido a aquisições inferiores ao planeado.
- Decréscimo de cerca de 4 M€ em Clientes, justificado essencialmente pela regularização contabilística decorrente da aplicação do DL n.º 117/2017, de 12 de setembro (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Acréscimo em Outras Contas a Receber por registo contabilístico de Compensação financeira de passes (+1,7M€) e Valores a regularizar - Operações com fornecedores (+1,0M€);
- Estado e Outros Entes Públicos, decréscimo mais expressivo em IVA-Reembolsos pedidos (-1,1M€);
- Redução de aproximadamente 1,5 M€ em diferimentos, pela regularização das contas de gastos a reconhecer.
- Diminuição de Caixa e Depósitos Bancários em -3,9M€, decorrente da gestão das necessidades de financiamento entre o ML e o acionista.

Capital próprio

- Desvio de 88,0M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto;
- Estimativa acima do valor reconhecido para Subsídios ao Investimento, em outras variações no capital próprio (-1,9 M€).

Passivo não Corrente

- Redução de 35 M€ de necessidades de financiamento, essencialmente para cobrir despesas de investimento ILD, dada a sua baixa realização, conforme se pode constatar pelo ponto 5 neste relatório.
- Variação de -14 M€, em Derivados, decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro;

Passivo Corrente

- Variação positiva de 80 M€ em ILD, relativamente ao estimado no PAO;
- Variação negativa de 1,8M€ por decréscimo do valor de dívidas a fornecedores;
- Variação positiva de 3,4M€ do valor a pagar a Estado e Outros entes Públicos, nomeadamente contribuições para a Seg. Social e Retenção de Impostos;
- Variação positiva de 21,6M€, nos financiamentos obtidos, pelo efeito da utilização do saldo transitado;
- Decréscimo de 23,4 M€ em Outras Contas a Pagar.

3.2. Síntese de Resultados

Quadro 6 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais *	57.288.819 €	56.165.851 €	55.655.143 €	1.122.968 €	2,0%	1.633.677 €	2,9%
Gastos Operacionais **	56.832.476 €	49.595.135 €	56.458.201 €	7.237.341 €	14,6%	374.275 €	0,7%
EBITDA (corrigido)	456.343 €	6.570.717 €	-803.059 €	-6.114.373 €	-93,1%	1.259.402 €	156,8%

* Excluindo rubricas não CASH (Ganhos de Justo Valor / Reversões / Subsídios ao Investimento)

** Excluindo rubricas não CASH (Amortizações / Ajustamentos / Provisões / Perdas por Redução de Justo Valor / Perdas em Participadas)

3.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 7 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	15 606 670 €	27 603 619 €	-1 957 470 €	-11 996 949 €	-43,5%	17 564 139 €	897,3%
Ajustamentos	15 150 326 €	21 032 902 €	-1 154 411 €	-5 882 576 €	-28,0%	16 304 737 €	1412,4%
Reforço de provisões	0 €	0 €	-2 500 000 €	0 €	-	2 500 000 €	100,0%
Ajustamentos e imparidades	35 677 €	0 €	0 €	35 677 €	-	35 677 €	-
Aumentos / reduções de justo valor	13 773 250 €	19 687 313 €	0 €	-5 914 063 €	-30,0%	13 773 250 €	-
Subsídios ao investimento	1 271 079 €	1 345 589 €	1 345 589 €	-74 510 €	-5,5%	-74 510 €	-5,5%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	70 321 €	0 €	0 €	70 321 €	-	70 321 €	-
EBITDA (corrigido)	456 343 €	6 570 717 €	-803 059 €	-6 114 373 €	-93,1%	1 259 402 €	156,8%

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados na série histórica efeitos de natureza não *cash*, que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (Subsídios ao Investimento e Provisões). Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico (Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor).

Face ao período homólogo, verifica-se um decréscimo do EBITDA corrigido, devido ao aumento dos gastos com pessoal decorrente da reposição das progressões na carreira, prémios de desempenho e anuidades, cuja aplicação decorreu no início do 2.º semestre de 2017 (50%) e no início de 2018 (50%). Verifica-se igualmente um aumento dos gastos com consumos de materiais (+1,6 M€), fator demonstrativo do esforço da empresa na manutenção do material circulante.

3.2.2. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais corrigidos registaram uma variação positiva de 2% face ao período homólogo (+ 1,1 M€), justificada essencialmente pelo crescimento da receita tarifária (1 M€), incluindo o valor da comparticipação tarifária estimada. Retirando esta estimativa, a evolução dos rendimentos teria sido de -0,6% (-0,3 M€).

3.2.3. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais corrigidos apresentam uma variação 7,2 M€ (+14,6%) face ao período homólogo e um desvio de 0,4 M€ (+0,7%) face ao previsto no PAO.

Quando comparado com o período homólogo, o aumento dos gastos operacionais é essencialmente explicado pelo incremento de 5,1 M€ (+15%) em gastos com pessoal, em sequência do aumento das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017. A variação de 93,5% (+1,6 M€) dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete o esforço do ML na recuperação do material circulante que se encontra imobilizado.

Na comparação com os valores previstos no PAO, e ainda que a variação global dos gastos operacionais corrigidos seja pouco expressiva, é de destacar o desvio de -5,3 M€ (27,6%) nos fornecimentos e serviços externos e o desvio de +5,6 M€ (16,8%) de gastos com pessoal. O desvio nos gastos com pessoal reflete a redução de 6,5 M€ aprovado no orçamento de pessoal para 2018, face ao montante proposto pelo ML.

3.3. Modelo de Financiamento

Quadro 8 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTf	63 917 144 €	47 424 885 €	151 881 702 €	16 492 259 €	34,8%	-87 964 558 €	-57,9%
Numerário	63 917 144 €	47 424 885 €	151 881 702 €	16 492 259 €	34,8%	-87 964 558 €	-57,9%
Conversões de Crédito	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Compensações Financeiras / Min. Amb.	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Subsídios ao Investimento / PIDDAC	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
TOTAL	63 917 144 €	47 424 885 €	151 881 702 €	16 492 259 €	34,8%	-87 964 558 €	-57,9%

Até ao final do primeiro semestre do ano, foram realizadas três dotações de capital nos valores de 23,8 M€, 18 M€ e 22 M€, em numerário, que ocorreram em fevereiro, março e junho, respetivamente.

No âmbito do modelo de financiamento em vigor, este montante foi recebido para fazer face ao pagamento do serviço da dívida contratada (juros e reembolsos).

O desvio, face ao PAO, em aproximadamente 88 M€, é explicado pelo tipo de financiamento utilizado para pagamento de parte dos cupões dos *swaps* Santander anteriormente em contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, sido opção da Tutela que o ML recorresse a novos empréstimos DGTf.

3.4. Stock da Dívida

Quadro 9 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	31 DEZ 2017	1.º SEM 2018	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	1 310 000 000 €	1 310 000 000 €	1 310 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
BEI	544 594 935 €	580 346 223 €	544 594 935 €	-35 751 288 €	-6,2%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	1 570 431 529 €	1 238 846 655 €	1 480 519 502 €	331 584 874 €	26,8%	89 912 027 €	6,1%
Schuldschein	300 000 000 €	300 000 000 €	300 000 000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Leasing	7 630 670 €	11 469 683 €	7 680 685 €	-3 839 013 €	-33,5%	-50 014 €	-0,7%
Total	3 732 657 134 €	3 440 662 560 €	3 642 795 121 €	291 994 573 €	8,5%	89 862 012 €	2,5%

Durante o 1.º semestre de 2018, o ML amortizou dívida no valor de 35,8 M€, referente a empréstimos do Banco Europeu de Investimento destinados ao financiamento de ILD e ao contrato de *Leasing* Financeiro do Material Circulante.

Face ao previsto no PAO, o desvio de 90 M€ é explicado pela alteração do tipo de financiamento utilizado para pagamento de parte dos cupões dos *swaps* Santander anteriormente em contencioso, que se previa ser efetuado com recurso a dotação de capital, tendo, no entanto, a Tutela optado que o ML recorresse a novos financiamentos DGTF.

4. Cumprimento das Orientações Legais

4.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 10 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ 2018/2017		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
CMVMC	3 385 901 €	1 749 584 €	3 506 049 €	1 636 317 €	93,5%	-120 147 €	-3,4%
FSE	13 947 926 €	13 748 403 €	19 259 269 €	199 523 €	1,5%	-5 311 343 €	-27,6%
Deslocações e estadas	51 770 €	5 949 €	21 269 €	45 822 €	770,3%	30 502 €	143,4%
Deslocações (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estada (valor)	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Estudos, pareceres e proj. consultoria	408 121 €	303 667 €	1 384 674 €	104 455 €	34,4%	-976 552 €	-70,5%
Gastos com pessoal corrigidos*	36 192 708 €	33 938 360 €	33 375 887 €	2 254 348 €	6,6%	2 816 821 €	8,4%
Valorizações remuneratórias decorrentes do art.º 21.º - Lei n.º 42/2016	2 393 431 €	n.a.	-	-	-	-	-
Valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018	412 315 €	n.a.	n.a.	-	-	-	-
Indemnizações por rescisão	0 €	n.a.	0 €	-	-	0 €	-
Ajudas de custo	7 644 €	1 269 €	0 €	6 375 €	502,5%	7 644 €	-
Total (1)	53 526 536 €	49 436 348 €	56 141 205 €	4 090 188 €	8,3%	-2 614 669 €	-4,7%
Volume de negócios (VN) (2)	55 062 673 €	55 656 792 €	54 309 204 €	-594 119 €	-1,1%	753 468 €	1,4%
Subsídio e Ind. Compensatória (IC) (3)	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Peso dos Gastos / VN (1)/(2)	97,2%	88,8%	103,4%	0,1 pp	9,4%	-0,1 pp	-6,0%

*Exclui:

(i) valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

(ii) valorizações remuneratórias previstas no artigo 18.º da Lei do OE/2018

(iii) Indemnizações por rescisão

Considerando o disposto no Artigo 145.º do DLEO 2018, verifica-se que:

- No final do 1º semestre, o valor de Deslocações e Estadas é superior em 46 m€ ao período homólogo. O aumento verificado decorre das necessidades subjacentes aos projetos de expansão Rato/Cais do Sodré e de Modernização, cujos contactos com outros metropolitano com Material Circulante e Sistemas de Sinalização mais atualizados, são essenciais às decisões futuras sobre a melhor opção de investimento para o ML. De referir ainda, que a rubrica de deslocações e estadas não é diretamente comparável com 2016, uma vez que nesse ano as despesas desta natureza foram repartidas por três empresas (ML, Carris e Transtejo);
- O valor registado em Estudos, Pareceres e Proj. Consultoria é superior ao mesmo período de 2017 (+ 105 mil€), encontrando-se, ainda assim, bastante abaixo do que tinha sido projetado no PAO 2018 (-71%).
- No 1º semestre, o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, quando comparado com o período homólogo, sofreu os seguintes efeitos:
 - ✓ Forte aumento dos gastos com consumo de materiais em cerca de 94%, de forma a repor o mais rapidamente possível os níveis de operacionalidade desejáveis, através das intervenções de manutenção de material circulante;
 - ✓ Conforme referido no ponto 2.3. deste relatório, as receitas de bilhetes e passes contabilizadas no 1º semestre de 2017 foram estimadas, pelo que não se pode aferir um desempenho inferior no total do volume de negócios, até porque a procura no mesmo período aumentou.

4.2. Frota Automóvel

Quadro 11 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	42	48	42	-6	-12,5%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	18 454	16 780	19 418	1 674	10,0%	-964	-5,0%
Conservação e Reparação	18 002	4 964	6 729	13 038	262,7%	11 273	167,5%
Rendas	39 444	13 123	95 172	26 321	200,6%	-55 728	-58,6%
Seguros	6 681	600	4 523	6 081	1013,6%	2 157	47,7%
Impostos	1 218	754	1 200	464	61,6%	18	1,5%
Outros	7 470	3 365	6 675	4 105	122,0%	795	11,9%
Total	91 269	39 585	133 718	51 684	130,6%	-42 449	-31,7%

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se uma variação de +52 m€ face ao período homólogo, por via do aumento do valor da rubrica de rendas, decorrente do processo de renovação da frota por viaturas em *Leasing* Operacional. No que respeita aos seguros, em 2018 optou-se pela especialização contabilística deste custo, o que não aconteceu em 2017. O efeito da especialização durante o mesmo período daquele ano teria sido de 7.924€.

Face ao PAO, os gastos com viaturas são inferiores em aproximadamente 42 m€ (-31,7%), com maior impacto no valor de rendas (-55.728 €), justificado essencialmente pelo facto de no orçamento ter considerado o valor global da renda não a sua afetação por item, nomeadamente, renda propriamente dita, seguro, IUC, conservação e reparação, rubricas onde o valor está acima do PAO.

4.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 12 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	14	25	35	-11	-43,9%	-21	-60,0%

O ML mantém a tendência de um prazo médio de pagamento baixo, apresentando uma redução face ao estimado (-21 dias), essencialmente por não se terem iniciado a maioria das grandes empreitadas previstas no período em análise. Por norma, os prazos médios de pagamentos das empreitadas não são inferiores a 60 dias, o que associado ao seu volume nos pagamentos globais a fornecedores acabaria por ter uma forte influência neste indicador.

4.4. Evolução do Efetivo

Quadro 13 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	31 DEZ 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitano de Lisboa	1 414	1 408	1 484	6	0,4%	-70	-4,7%

*Não se considera os Órgãos Sociais

A variação positiva do número de colaboradores face 31 de dezembro de 2017 é consequência de:

- Saída de 2 colaboradores por reforma;
- Saída de 1 colaborador em comissão de serviço no exterior;
- Admissão de 9 colaboradores para a área de manutenção, de acordo com autorização concedida no final de 2017 para a contratação de colaboradores para esta área.

Relativamente ao PAO, a variação justifica-se pelo facto de a empresa aguardar autorização para a admissão dos 30 Agentes de Tráfego, 27 Oficinas de manutenção e 9 Técnicos previstos no Plano para 2018, tendo o primeiro pedido sido submetido à Tutela em 23 de maio e reenviado no início do 2.º semestre.

4.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 14 - Financiamento remunerado e Aumentos de Capital (detalhe)

PASSIVO REMUNERADO	1.º SEM 2018	31 Dez 2017	Variação 2018/2017	
			Abs	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3 732 657 134 €	3 440 662 560 €	291 994 573 €	8,5%
dos quais concedidos pela DGTF	1 570 431 529 €	1 238 846 655 €	331 584 874 €	26,8%
Capital Social	63 917 144 €	192 050 802 €	-128 133 658 €	-66,7%
Endividamento ajustado	3 796 574 278 €	3 632 713 363 €	163 860 915 €	4,5%

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

CÁLCULO DA VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	1.º SEM 2018	31 Dez 2017
Financiamento Remunerado	3 732 657 134 €	3 440 662 560 €
Capital Social	2 432 512 470 €	2 368 595 326 €
Variação do endividamento		6,13%

A variação de 6,13% do endividamento está, essencialmente, relacionada com o facto de o acionista ter optado por financiar a regularização do pagamento dos *swaps* (resultante do acordo estabelecido em 2017 entre o Estado português, as operadoras de transporte e o Banco Santander) com recurso do ML a endividamento, em alternativa à operação de aumento de capital prevista no orçamento.

Se retirado o efeito do endividamento resultante desta operação, o ML cumpre os limites fixados pela Lei do Orçamento de Estado 2018 de agravamento máximo de 2%.

4.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 - Disponibilidades

UTE	1.º SEM 2018
Disponibilidades em 31-03-2018	17 516 040 €
Depositadas no IGCP	14 735 442 €
Outras	2 780 599 €
Disponibilidades no IGCP [%]	84,1%

No final do 1º semestre de 2018, o ML mantinha 84,1% dos depósitos bancários (14,7M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Finanças, em 20/02/2018, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE), o qual teve despacho a 4 de setembro, ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, considerando que o ML, para os anos 2018 e 2019, está excecionado no que diz respeito aos valores de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem quinzenalmente ser transferidos para contas d ML domiciliadas no IGCP.

5. Plano de Investimento

Rubrica (FCBF)	REAL		PAO		Δ PH		Δ PAO		Grau de Realização (%)	Saldo
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	31 DEZ 2018	Abs	%	Abs	%		
INVESTIMENTOS (capitalizações)	2 357 716 €	266 720 €	16 463 069 €	33 504 366 €	2 090 996 €	784%	-14 105 353 €	-86%	7,0%	31 146 650 €
Investimento ML	483 095 €	240 240 €	3 212 023 €	6 941 258 €	242 855 €	101%	-2 728 928 €	-85%	7,0%	6 458 163 €
Edifícios e outras Construções	221 993 €	7 671 €	655 789 €	1 777 011 €	214 322 €	2794%	-433 796 €	-66%	12,5%	1 555 019 €
Equipamento Básico	201 712 €	187 244 €	1 441 248 €	3 616 625 €	14 469 €	8%	-1 239 536 €	-86%	5,6%	3 414 913 €
CITV	0 €	0 €	509 351 €	950 000 €	0 €	-	-509 351 €	-100%	0,0%	950 000 €
Portas ML 90-95-97-99	0 €	0 €	517 551 €	1 552 654 €	0 €	-	-517 551 €	-100%	0,0%	1 552 654 €
Ferramentas e Utensílios	39 439 €	31 197 €	77 492 €	78 917 €	8 241 €	26%	-38 054 €	-49%	50,0%	39 478 €
Equipamento Administrativo	19 952 €	14 128 €	1 037 493 €	1 468 705 €	5 824 €	41%	-1 017 542 €	-98%	1,4%	1 448 753 €
Investimento ILD	1 872 088 €	22 417 €	13 183 089 €	26 492 728 €	1 849 671 €	8251%	-11 311 001 €	-86%	7,1%	24 620 640 €
Estação Baixa-Chiado	0 €	0 €	357 761 €	357 761 €	0 €	-	-357 761 €	-100%	0,0%	357 761 €
Prolongamento Alameda/S.Sebastião	0 €	-5 953 €	953 655 €	953 655 €	5 953 €	-100%	-953 655 €	-100%	0,0%	953 655 €
Plano Nacional para as Acessibilidades	4 987 €	8 902 €	585 561 €	1 483 512 €	-3 915 €	-44%	-580 574 €	-99%	0,3%	1 478 525 €
Prolongamento Amadora/Reboleira	30 739 €	1 546 €	720 774 €	1 076 897 €	29 193 €	1888%	-690 035 €	-96%	2,9%	1 046 158 €
Prolongamento Rato/Cais do Sodré	366 796 €	0 €	3 385 412 €	6 719 000 €	366 796 €	-	-3 018 617 €	-89%	5,5%	6 352 205 €
Remodelação da Linha A (Azul)	156 699 €	220 €	997 260 €	2 363 152 €	156 479 €	71127%	-840 560 €	-84%	6,6%	2 206 453 €
Remodelação da Linha B (Amarela)	326 945 €	0 €	394 169 €	2 116 950 €	326 945 €	-	-67 225 €	-17%	15,4%	1 790 006 €
Remodelação da Linha C (Verde)	881 949 €	14 615 €	3 887 606 €	7 185 345 €	867 334 €	5934%	-3 005 657 €	-77%	12,3%	6 303 396 €
Remodelação da Linha D (Vermelha)	404 422 €	3 086 €	1 433 163 €	2 821 286 €	401 336 €	13004%	-1 028 741 €	-72%	14,3%	2 416 864 €
Remodelação da Rede Global	-300 449 €	0 €	467 727 €	1 415 169 €	-300 449 €	-	-768 175 €	-164%	-21,2%	1 715 618 €
Renovação de sistema SCADA	0 €	0 €	100 000 €	300 000 €	0 €	-	-100 000 €	-100%	0,0%	300 000 €
Investimento ILD - Imobilizações incorpóreas	2 533 €	4 063 €	67 958 €	70 380 €	-1 530 €	-38%	-65 425 €	-96%	3,6%	67 847 €
Investimento por conta de terceiros	2 533 €	4 063 €	67 958 €	70 380 €	-1 530 €	-38%	-65 425 €	-96%	3,6%	67 847 €

Na sequência do Despacho n.º 529/SEO/2018, que autorizou o reforço do orçamento de aquisição de bens e serviços no montante de 12 Milhões de euros, 4 Milhões via descativos e 8 Milhões por contrapartida da dotação de investimento.

No decorrer do 1.º semestre, o Plano de Investimento foi ajustado em 3,1 Milhões de euros (o valor total de investimento aprovado foi de 36,6 Milhões de euros, na sequência deste ajustamento o montante de investimento ascende a 33,5 Milhões de euros).

A nível de FSE, no final do 1º semestre, não se verificaram alterações, dado que o incremento utilizado, via descativação, se verificou a nível de dotação disponível no âmbito da execução orçamental no sistema da DGO (SIGO).

Embora a realização do investimento seja substancialmente superior à do período homólogo, verifica-se uma variação de apenas 7 % em relação aos valores iniciais do Plano. Este resultado justifica-se pela baixa realização do investimento em ILD (7,1%), rubrica de maior peso no total do Investimento programado, e investimento ML (7,0%), tendo contribuído para este fator os atrasos que se têm verificado no lançamento de procedimentos de empreitadas. Por integrarem despesas plurianuais, estes procedimentos necessitam de autorização prévia da tutela, o que torna o processo de contratação pública muito moroso.

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2017		Δ / PAO	
	1.º SEM 2018	31.DEZ 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 066 149 730 €	5 020 086 976 €	5 079 195 036 €	46 062 755 €	0,9%	-13 045 306 €	-0,3%
Ativos fixos tangíveis	140 634 017 €	151 269 820 €	153 102 704 €	-10 635 803 €	-7,0%	-12 468 687 €	-8,1%
Propriedades de investimento	8 313 964 €	8 534 641 €	646 845 €	-220 677 €	-2,6%	7 667 119 €	1185,3%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	3 158 063 €	3 123 132 €	2 857 430 €	34 931 €	1,1%	300 633 €	10,5%
Derivados	101 000 €	330 000 €	330 000 €	-229 000 €	-69,4%	-229 000 €	-69,4%
Outros ativos financeiros	52 188 989 €	52 188 590 €	52 288 590 €	400 €	0,0%	-99 600 €	-0,2%
Total do ativo não corrente	5 270 545 763 €	5 235 533 158 €	5 288 420 604 €	35 012 605 €	0,7%	-17 874 841 €	-0,3%
Ativo corrente							
Inventários	4 708 116 €	4 076 539 €	6 507 101 €	631 577 €	15,5%	-1 798 985 €	-27,6%
Clientes	881 765 €	4 999 392 €	4 486 605 €	-4 117 626 €	-82,4%	-3 604 840 €	-80,3%
Estado e outros entes públicos	3 991 695 €	3 053 159 €	5 302 725 €	938 536 €	30,7%	#NAME?	-24,7%
Outras contas a receber	13 341 188 €	11 213 598 €	9 423 899 €	2 127 590 €	19,0%	3 917 289 €	41,6%
Diferimentos	30 462 133 €	31 881 775 €	31 977 100 €	-1 419 643 €	-4,5%	-1 514 967 €	-4,7%
Caixa e depósitos bancários	17 451 067 €	22 023 844 €	21 336 073 €	-4 572 777 €	-20,8%	-3 885 006 €	-18,2%
Total do ativo corrente	70 835 964 €	77 248 306 €	79 033 503 €	-6 412 342 €	-8,3%	-8 197 539 €	-10,4%
Total do ativo em investimentos de ILD	5 066 149 730 €	5 020 086 976 €	5 079 195 036 €	46 062 755 €	0,9%	-13 045 306 €	-0,3%
Total do ativo afeto à operação (ML)	275 231 997 €	292 694 489 €	288 259 072 €	-17 462 492 €	-6,0%	-13 027 075 €	-4,5%
TOTAL DO ATIVO	5 341 381 727 €	5 312 781 465 €	5 367 454 107 €	28 600 262 €	0,5%	-26 072 380 €	-0,5%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	2 432 512 470 €	2 368 595 326 €	2 520 477 028 €	63 917 144 €	2,7%	-87 964 558 €	-3,5%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1 768 793 599 €	-1 744 292 684 €	-1 776 020 915 €	-24 500 916 €	1,4%	7 227 315 €	-0,4%
Outras variações no capital próprio	705 830 €	1 976 909 €	2 569 576 €	-1 271 079 €	-64,3%	-1 863 747 €	-72,5%
Resultado líquido do exercício	-5 671 332 €	-24 500 916 €	-28 132 266 €	18 829 583 €	-76,9%	22 460 933 €	-79,8%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	660 276 843 €	603 302 111 €	720 416 899 €	56 974 733 €	9,4%	-60 140 056 €	-8,3%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2 866 471 933 €	2 706 575 594 €	3 010 938 586 €	159 896 340 €	5,9%	-144 466 653 €	-4,8%
Provisões	51 945 517 €	54 251 294 €	52 429 442 €	-2 305 777 €	-4,3%	-483 925 €	-0,9%
Financiamentos obtidos	197 655 284 €	66 402 003 €	88 386 588 €	131 253 282 €	197,7%	109 268 697 €	123,6%
Derivados	94 841 897 €	108 844 147 €	108 844 147 €	-14 002 250 €	-12,9%	-14 002 250 €	-12,9%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	251 248 850 €	252 627 865 €	247 980 136 €	-1 379 015 €	-0,5%	3 268 714 €	1,3%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	2 866 471 933 €	2 706 575 594 €	3 010 938 586 €	159 896 340 €	5,9%	-144 466 653 €	-4,8%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	595 691 549 €	482 125 309 €	497 640 312 €	113 566 240 €	23,6%	98 051 236 €	19,7%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	3 462 163 482 €	3 188 700 902 €	3 508 578 898 €	273 462 580 €	8,6%	-46 415 417 €	-1,3%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	725 498 972 €	900 000 200 €	644 976 562 €	-174 501 228 €	-19,4%	80 522 410 €	12,5%
Fornecedores	3 557 805 €	4 631 433 €	5 345 352 €	-1 073 628 €	-23,2%	-1 787 547 €	-33,4%
Estado e outros entes públicos	5 081 720 €	1 637 406 €	1 637 406 €	3 444 315 €	210,4%	3 444 315 €	210,4%
Financiamentos obtidos	447 703 198 €	451 492 197 €	426 055 572 €	-3 788 999 €	-0,8%	21 647 626 €	5,1%
Outras contas a pagar	36 798 864 €	162 604 700 €	60 218 007 €	-125 805 836 €	-77,4%	-23 419 143 €	-38,9%
Diferimentos	300 843 €	412 516 €	225 410 €	-111 673 €	-27,1%	75 432 €	33,5%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	725 498 972 €	900 000 200 €	644 976 562 €	-174 501 228 €	-19,4%	80 522 410 €	12,5%
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)	493 442 430 €	620 778 252 €	493 481 748 €	-127 335 821 €	-20,5%	-39 317 €	0,0%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1 218 941 402 €	1 520 778 452 €	1 138 458 310 €	-301 837 050 €	-19,8%	80 483 092 €	7,1%
Total do passivo em investimentos de ILD	3 591 970 905 €	3 606 575 794 €	3 655 915 148 €	-14 604 889 €	-0,4%	-63 944 243 €	-1,7%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1 089 133 979 €	1 102 903 561 €	991 122 060 €	-13 769 581 €	-1,2%	98 011 919 €	9,9%
TOTAL DO PASSIVO	4 681 104 884 €	4 709 479 354 €	4 647 037 208 €	-28 374 470 €	-0,6%	34 067 676 €	0,7%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5 341 381 727 €	5 312 781 465 €	5 367 454 107 €	28 600 262 €	0,5%	-26 072 380 €	-0,5%

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	1.º SEM 2018	1.º SEM 2017	1.º SEM 2018	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	56 699 734 €	55 656 792 €	55 308 519 €	1 042 942 €	1,9%	1 391 215 €	2,5%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	70 321 €	-	-	70 321 €	-	70 321 €	-
Trabalhos para a própria entidade	67 709 €	68 554 €	-	-845 €	-1,2%	67 709 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 385 901 €	-1 749 584 €	-3 506 049 €	-1 636 317 €	93,5%	120 147 €	-3,4%
Fornecimentos e serviços externos	-13 947 926 €	-13 748 403 €	-19 259 269 €	-199 523 €	1,5%	5 311 343 €	-27,6%
Gastos com o pessoal	-38 998 455 €	-33 938 360 €	-33 375 887 €	-5 060 094 €	14,9%	-5 622 568 €	16,8%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	35 677 €	-	-	35 677 €	-	35 677 €	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-2 500 000 €	-	-	2 500 000 €	-100,0%
Aumentos / reduções de justo valor	13 773 250 €	19 687 313 €	-	-5 914 063 €	-30,0%	13 773 250 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1 792 455 €	1 786 095 €	1 692 213 €	6 360 €	0,4%	100 242 €	5,9%
Outros gastos e perdas	-500 194 €	-158 787 €	-316 997 €	-341 407 €	215,0%	-183 197 €	57,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	15 606 670 €	27 603 619 €	-1 957 470 €	-11 996 949 €	-43,5%	17 564 139 €	-897,3%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-11 340 039 €	-11 318 847 €	-10 875 696 €	-21 192 €	0,2%	-464 344 €	4,3%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 266 630 €	16 284 772 €	-12 833 165 €	-12 018 142 €	-73,8%	17 099 796 €	-133,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	0 €	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-9 937 963 €	-22 746 674 €	-15 299 101 €	12 808 711 €	-56,3%	5 361 138 €	-35,0%
Resultado antes de impostos	-5 671 332 €	-6 461 902 €	-28 132 266 €	790 569 €	-12,2%	22 460 933 €	-79,8%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-5 671 332 €	-6 461 902 €	-28 132 266 €	790 569 €	-12,2%	22 460 933 €	-79,8%



**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2º TRIMESTRE DE 2018**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do segundo trimestre de 2018 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório tendo por base o relatório de execução do PAO – 2º Trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML, na versão remetida a este órgão de fiscalização em 25 de outubro de 2018, as atas do CA, o respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas (ROC), de 23 de outubro de 2018, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14º dos Estatutos da ML, bem como a proposta de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 (versão aprovada pelo CA através de deliberação de 23 de fevereiro de 2018).

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

Os indicadores de atividade, com referência a 30 de junho de 2018, apresentam um desvio favorável de 8,5% na procura de serviço (aferido pelo indicador passageiros x km) e um desvio desfavorável de 4,2% na oferta de serviço (aferido pelo indicador lugares x km), face aos valores orçamentados para igual período.

O desvio desfavorável na oferta face ao previsto justifica-se pela indisponibilidade de material circulante, estando a ML a operar com um plano de contingência desde 27 de novembro de 2017, com o intuito de adaptar diariamente a oferta em função da procura em cada linha. Ainda assim, constata-se uma melhoria face ao período homólogo: +6,4% e +1,9% nos indicadores lugares x km e comboios x km, respetivamente.

O investimento realizado até ao final do segundo trimestre de 2018 atingiu o montante global de 2.357,7 mil €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 14,3% face ao projetado para o mesmo

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

período (16.463,1 mil €)². Esta baixa realização do investimento decorre de atrasos no lançamento dos procedimentos pré-contratuais de empreitadas.

2.2. Desempenho económico e financeiro

O CF analisou o relatório trimestral do ROC às contas da ML no final do segundo trimestre de 2018, que se considera aqui como reproduzido, acompanhando e destacando as seguintes conclusões e recomendações:

- A ML evidencia, através de um mapa comparativo, os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018, sendo insuficientes as justificações que apresenta para os desvios verificados face ao balanço previsional;
- Na análise à demonstração de resultados, não são dadas justificações para os desvios verificados nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros;
- Face a tais conclusões, o ROC recomenda à ML que *“apresente justificações mais robustas para os desvios verificados face aos balanços previsionais e, no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.”*

Tendo em consideração as limitações descritas nos parágrafos anteriores, a análise efetuada ao relatório trimestral da ML, reportado ao final do segundo trimestre de 2018, permite concluir o seguinte:

- O **Capital próprio** aumentou 9,4% (+57,0 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, por via de dotações de capital (+63,9 milhões €)³.

Ainda assim, verifica-se uma menor execução dos aumentos de capital (-88,0 milhões € que o previsto), o que justifica o desvio desfavorável de 8,3% do Capital próprio (-60,1 milhões €), face ao valor orçamentado;

- O **Ativo** aumentou 0,5% (+28,6 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, em resultado da conjugação do acréscimo do ativo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (+46,1 milhões €)⁴ e à redução do ativo afeto à operação (-17,5 milhões €).

Relativamente ao orçamento verifica-se um desvio desfavorável de 0,5% (-26,1 milhões €), sobretudo relacionado com a fraca execução no investimento, conforme já referido anteriormente;

² Os investimentos mais relevantes projetados para o primeiro semestre correspondem à remodelação da linha verde (3.887,6 mil € orçamentado/881,9 mil € executado) e ao prolongamento Rato/Cais do Sodré (3.385,4 mil € orçamentado/366,8 mil € executado), ambos com fracos níveis de execução.

³ Efeito atenuado pelo desvio favorável de 22,5 milhões € verificado no resultado líquido do período.

⁴ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (rubrica “Estado – Contas a receber”), em cerca de 43,2 milhões €.

- O **Passivo** diminuiu 0,6% (-28,4 milhões €), face a 31 de dezembro de 2017, sendo de realçar a redução de 54,4 milhões €, decorrente de ganhos de justo valor associados a instrumentos de cobertura de risco financeiro (40,4 milhões € relacionados com derivados ILD e 14,0 milhões € referentes a derivados ML).

Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio desfavorável de 0,7% (+34,1 milhões €), sendo de realçar que tal corresponde à conjugação do desvio favorável do passivo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (-63,9 milhões €) com o desvio desfavorável nos financiamentos obtidos (+130,9 milhões €);

- O **prejuízo** registado no 1º semestre de 2018 ascendeu a 5,7 milhões €, o que representa uma ligeira melhoria face ao 1º semestre de 2017 (-12,2%), evolução que resulta essencialmente da conjugação das seguintes variações: (i) comportamento negativo registado no *market-to-market* dos instrumentos financeiros derivados (-5,9 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”); (ii) redução de encargos financeiros (-12,8 milhões € na rubrica “Juros e gastos similares suportados”); (iii) agravamento dos encargos com o pessoal, decorrente do acréscimo das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017 (+5,1 milhões € na rubrica “Gastos com o pessoal”).

Face ao valor orçamentado para o trimestre (-28,1 milhões €), o resultado obtido, embora negativo, representa um desvio favorável de 22,5 milhões € (-79,8%), evolução decorrente sobretudo da conjugação dos seguintes desvios: (i) favoráveis nos encargos com fornecimentos e serviços externos (-5,3 milhões €), no justo valor dos instrumentos financeiros derivados (+13,8 milhões € na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”)⁵ e nos juros e gastos similares suportados (-5,4 milhões €); (ii) desfavorável nos gastos com o pessoal (+5,6 milhões €), o qual reflete a redução no orçamento aprovado de 6,5 milhões € face à proposta inicial da ML.

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às diferentes obrigações legais⁶ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa destacar que através do Despacho n.º 343/18, de 10 de maio, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2018 e foram autorizadas exceções (i) para aumentar os gastos com estudos, pareceres e projetos (até ao limite de 2.043 mil €), (ii) para aumentar os gastos com a frota automóvel (até ao limite de 262 mil €), (iii) para o não crescimento do EBITDA, (iv) para o não crescimento do EBIT e (v) para a variação do endividamento não ficar limitada a 2%.

⁵ Sendo de realçar que o orçamento não contempla valores nesta rubrica.

⁶ Designadamente das normas contidas na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2018 (LOE 2018) e no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que estabelece as normas de execução do Orçamento para 2018 (DLEO 2018).



Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 4. do Relatório de Execução do PAO - 2º trimestre de 2018, importa salientar os seguintes aspetos⁷:

- Observa-se um agravamento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios^{8,9} (97,2%) face ao registado no período homólogo do ano anterior (88,8%) e uma melhoria do mesmo rácio de eficiência face ao orçamentado para o período (103,4%);
- No que respeita à evolução de determinadas rubricas de gastos, tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018, observa-se:
 - i) um aumento dos gastos com pessoal face ao período homólogo e face ao orçamentado para o período, mesmo expurgando os efeitos das indemnizações, dos encargos resultantes do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da LOE 2018;
 - ii) um aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo¹⁰, alojamento e com a frota automóvel quando comparado com o período homólogo do ano anterior, ainda assim abaixo do valor global orçamentado/aprovado para o período;
 - iii) um aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria face ao período homólogo do ano anterior, ainda assim abaixo do valor orçamentado/aprovado para o período;
- Regista-se um aumento de 6 colaboradores face a 31 de dezembro de 2017, em resultado da saída de 3 colaboradores e da admissão de 9 colaboradores¹¹ para a área de manutenção, pelo que no final do 2º trimestre de 2018 a ML detinha um efetivo de 1.414 (sem considerar os órgãos sociais);
- O endividamento apresenta um crescimento de 6,13%, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF. Sublinha-se que este aumento resulta essencialmente do empréstimo do Estado contratado pela ML para o pagamento dos compromissos assumidos no âmbito dos contratos SWAP e que, como já acima referido, a ML foi excecionada, no âmbito da aprovação do PAO 2018, para o não cumprimento do limite de 2% previsto na LOE 2018¹²;

⁷ Estabelece o n.º 7 do artigo 145.º do DLEO 2018 que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.

⁸ Estabelecido no n.º 1 do artigo 145.º do DLEO 2018.

⁹ Para efeito do cálculo do rácio de eficiência operacional, os gastos com pessoal são corrigidos dos encargos resultantes das indemnizações, do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, em resultado da aplicação do artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da LOE 2018, e o volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração.

Ressalvar, neste domínio, que o volume de negócios da ML está condicionado pela estimativa da receita de bilhetes e passes.

¹⁰ Gastos não orçamentados para o 1º semestre de 2018.

¹¹ Autorização concedida no final de 2017.

¹² Sem os efeitos do contrato *swap* a ML cumpre com o limite de 2% de variação do endividamento estabelecido na LOE 2018.

- A ML foi dispensada¹³ do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP.

4 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório trimestral, reportado a 30 de junho de 2018, que reflete o acompanhamento à execução da ML no referido período.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo ao segundo trimestre de 2018, na versão recebida em 25 de outubro de 2018, reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

Recomenda-se à ML que, nos próximos relatórios de execução, passe a incluir a demonstração de fluxos de caixa e os indicadores de disponibilidade de material circulante, comparando os valores executados com os orçamentados, apresente justificações mais robustas para eventuais desvios orçamentais que se registem nas contas de balanço, bem como justifique os desvios verificados nas rubricas que a ML denomina não “cash” de gastos e rendimentos operacionais e de gastos e rendimentos financeiros.

O relatório de execução do PAO referente ao segundo trimestre de 2018 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF, devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e setorial, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 31 de janeiro de 2019.

O Conselho Fiscal

Presidente



(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva



(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva



(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)

¹³ Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), de 3 de setembro de 2018.



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2º TRIMESTRE 2018

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 2º trimestre de 2018 do ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, tendo por base as contas reportadas ao período em causa, designadamente o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2018 e o “Relatório Trimestral” efetuado pela Entidade com referência a junho de 2018.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete de junho de 2018 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



AC

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório Trimestral de junho de 2018 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço a 30 de junho do corrente ano com os valores orçamentados até ao 1º semestre e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do Ativo registou um desvio desfavorável de 0,5% (26,1 M€) face ao orçamentado, fundamentalmente pelo baixo grau de investimento verificado até ao final do 1º semestre;
- Quanto ao Capital próprio, verificou-se um desvio desfavorável de 8,3% (60,1 M€), em grande parte justificado pelo efeito conjugado entre o desvio desfavorável de 88 M€ em capital subscrito, devido a dotações de capital inferiores ao previsto, e o desvio favorável de 22,5 M€ verificado no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte;
- Em relação ao Passivo, registou-se um desvio desfavorável de 0,7% (34,1 M€), destacando-se o desvio favorável verificado na rubrica 'Investimentos de ILD' (63,9 M€) e o desvio desfavorável na rubrica 'Financiamentos obtidos' (130,9 M€), justificados por um lado pelo baixo investimento realizado e por outro pela necessidade de recurso a financiamento em alternativa à operação de aumento de capital prevista até ao final do 2º trimestre.

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório Trimestral de junho de 2018 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados no 1º semestre com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2017 para 2018 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi negativo em 5,7 M€, apresentando um **desvio favorável de 79,8% face ao orçamentado (22,5 M€)** e uma **melhoria de 12,2% face ao período homólogo do ano anterior (0,8 M€)**.

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: i) desvio favorável na rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' (5,3 M€); ii) desvio desfavorável na rubrica 'Gastos com o pessoal' (5,6 M€); iii) desvio favorável na rubrica 'Aumentos/reduções de justo valor' (13,8 M€), resultante do registo das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, as quais não foram orçamentadas; iv) desvio favorável na rubrica 'Juros e gastos similares suportados' (5,4 M€).

Quanto à diferença face a junho de 2018, destacamos i) aumento de 5,1 M€ na rubrica 'Gastos com o pessoal', justificado pelo "aumento das remunerações por via das progressões de carreira, cujo processo de descongelamento se iniciou em julho de 2017"; ii) diminuição de 5,9 M€ na rubrica 'Aumentos/reduções de



justo valor, devido a uma menor variação positiva registada no *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados e **iii**) a diminuição de 12,8 M€ na rubrica '*Juros e gastos similares suportados*'.

7. Apesar da melhoria verificada, recomenda-se que o ML apresente justificações mais robustas para os desvios verificados face aos balanços previsionais e, no tocante à demonstração de resultados, apresente justificações para os desvios verificados nas rubricas que o ML denomina não "*cash*" de gastos e rendimentos operacionais e nas de gastos e rendimentos financeiros.

Distribuição e uso

8. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 23 de outubro de 2018

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)